



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil Rui Costa, informações referente à compra de um sofá e uma cama adquiridos pelo Palácio da Alvorada, por dispensa de licitação, com valor superior a R\$100.000,00.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil Rui Costa, informações referente a compra de um sofá e uma cama adquiridos pelo Palácio da Alvorada, por dispensa de licitação, com valor superior a R\$100.000,00.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil Rui Costa, informações referente a compra de um sofá e uma cama adquiridos pelo Palácio da Alvorada, por dispensa de licitação, com valor superior a R\$100.000,00.

Na qualidade de Senador, cujo assume papel fiscalizador dos atos do Poder Executivo – conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito as informações abaixo discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos noticiados.

Nesses termos, requisita-se:

1. A compra foi estabelecida por critérios e solicitada pelo Presidente da República?
2. Considerando que o valor da compra é superior a média de mercado. Havia previsão orçamentária?



3. A compra foi feita sem licitação? Em caso positivo, houve parecer órgãos de controle autorizando a dispensa a licitação? Solicita-se sejam apresentadas as notas fiscais referentes a aquisição.

JUSTIFICAÇÃO

A aquisição de bens públicos deve ser feita com transparência e observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconiza a Constituição Federal e a Lei de Licitações. A compra de bens com valor muito superior à média de mercado, sem licitação, pode configurar possível violação desses princípios, além de caracterizar eventual desperdício de recursos públicos. Sendo assim, é legítimo e necessário que sejam solicitadas informações ao Ministro da Casa Civil, a fim de esclarecer os fatos e assegurar a devida transparência na gestão pública.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2023.

Senador Cleitinho
(REPUBLICANOS - MG)

